



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

PROCESSO TC Nº 08.842/18

RELATÓRIO

Examina-se no presente processo a legalidade do ato do Presidente do **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**, *Sr. Marcio Fernandes Tavares de Albuquerque*, concedendo Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais a *Sr^a Ana de Paula Dias*, matrícula nº 24.691-3, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, que contava, à época, com 32 anos, 02 meses e 04 dias de tempo de serviço e idade de 53 anos. De acordo com o Órgão de Instrução desta Corte, foram preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos e achou-se correto o cálculo de proventos elaborado pelo órgão de origem.

O processo não foi previamente examinado pelo MPJTCE.

É o relatório.

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator

VOTO

Considerando a satisfação dos requisitos constitucionais, nos termos do Relatório da equipe técnica e do Parecer oral do Ministério Público Especial, voto para que a **1^a Câmara** do Egrégio **Tribunal de Contas do Estado da Paraíba** julgue legal o ato concessivo e conceda-lhe o competente registro.

É o voto !

Antônio Gomes Vieira Filho
Cons. em exercício - Relator



TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO

1ª CÂMARA

Processo TC 08.842/18

Objeto: Aposentadoria

Interessado(a): *Ana de Paula Dias*

Órgão: **Instituto de Previdência do Município de João Pessoa PB**

Gestor Responsável: *Marcio Fernandes Tavares de Albuquerque*

Procurador/Patrono: Não Há

Aposentadorias Voluntária com Proventos Integrais. Preenchidos os requisitos constitucionais, legais e normativos. Julgam-se legal o ato concessivo e correto os cálculos dos proventos elaborados pelo órgão de origem.

ACÓRDÃO AC1 – TC nº 1670/2019

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do **Processo TC nº 08.842/18** referente Aposentadoria Voluntária com Proventos Integrais da *Sr^a Ana de Paula Dias*, matrícula nº 24.691-3, Agente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Saúde, acordam os Conselheiros integrantes da **1ª CÂMARA DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DA PARAÍBA**, à unanimidade, em sessão realizada nesta data, na conformidade do relatório e do voto do Relator, partes integrantes do presente ato formalizador, em **CONCEDER REGISTRO** ao referido ato aposentatório [Portaria nº 135/2018], tendo presentes sua legalidade, o tempo de serviço comprovado e os cálculos dos proventos efetuados pelo órgão de origem.

Presente ao Julgamento Representante do Ministério Público.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

TC- Sala das Sessões da 1ª Câmara, João Pessoa, 05 de setembro de 2019.

Assinado 6 de Setembro de 2019 às 09:55



Cons. Fernando Rodrigues Catão
PRESIDENTE EM EXERCÍCIO

Assinado 5 de Setembro de 2019 às 14:15



**Cons. em Exercício Antônio Gomes Vieira
Filho**
RELATOR

Assinado 6 de Setembro de 2019 às 09:31



Isabella Barbosa Marinho Falcão
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO